2 — Depende de deliberação dos sócios a celebração de contratos de suprimento.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, compete a sócios ou a não sócios.

2 — Para a sociedade ficar obrigada é suficiente a intervenção de um gerente.

3 — Ficam desde já nomeados gerentes ambos os sócios.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu, e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

ARTIGO 7.º

A sociedade poderá amortizar quota de qualquer sócia, quando esta for sujeita a arrolamento, arresto, penhora, quando for incluída em massa falida, ou quando, fora dos casos previstos na lei, for cedida sem o consentimento da sociedade

ARTIGO 8.º

Aos lucros líquidos anualmente apurados, depois de deduzida a percentagem para reserva legal, será dado o destino que vier. a ser deliberado em assembleia geral.

Está conforme o original.

2 de Março de 2005. — A Segunda-Ajudante, *Eugénia Maria da Silva Migueis de Andrade Cardoso Gonçalves*. 2003870423

CLÍNICA ALMANSÔR, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Loures. Matrícula n.º 19 978; identificação de pessoa colectiva n.º P 506730492; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 05/20041213.

Certifico que, por escritura de 19 de Fevereiro de 2004 exarada a fls. 95 do livro n.º 285-J do Cartório Notarial de Moscavide foi constituída a sociedade em epígrafe entre Emuna Abdul Hamid Mia e Abdul Rashid Omar, que se rege pelo seguinte contrato:

1.º

A sociedade adopta a firma Clínica Almansôr, L.^{da}, vai ter a sua sede na Praceta de Abel Manta, lote 43, 3.º, direito, na freguesia de São João da Talha, concelho de Loures.

§ único. Por deliberação da gerência a sociedade pode deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelhos limítrofes e criar sucursais, filiais, agências, delegações ou outras formas de representação social em qualquer lugar do território nacional ou no estrangeiro.

2.º

O objecto social consiste em: clínica em ambulatório.

3.º

O capital social é de cinco mil euros, integralmente realizado em dinheiro e dividido em duas quotas iguais do valor nominal de dois mil e quinhentos euros cada uma e pertencentes uma a cada um dos sócios. § único. Em assembleia geral por deliberação unânime dos sócios representando todo o capital, podem ser exigidas aos sócios prestações suplementares até cinquenta mil euros.

4.º

A divisão e a subsequente cessão de quotas, total ou parcial, a estranhos, depende do consentimento da sociedade, gozando a sociedade em primeiro lugar e os restantes sócios em segundo lugar do direito de preferência na aquisição da quota.

5.º

A gerência da sociedade e a sua representação em juízo ou fora dele, activa e passivamente, podendo não ser remunerada se tal vier

a ser deliberado em assembleia geral, será exercida pela sócia Emuna Abdul Hamid Mia que desde já fica nomeada gerente.

§ único. A sociedade obriga-se em todos os seus actos e contratos com a assinatura da gerente nomeada.

6.º

A sociedade pode amortizar quotas sem o consentimento dos respectivos titulares nos casos de as respectivas quotas serem objecto de arrolamento, penhora, ou qualquer outra forma de apreensão judicial, ou serem arrematadas, adjudicadas ou vendidas em consequência de um processo judicial.

§ 1.º As quotas poderão ainda ser amortizadas sem o consentimento dos respectivos titulares, quando forem dadas em garantia de alguma obrigação sem o prévio e exposto consentimento da sociedade, bem como se os respectivos titulares forem julgados falidos ou insolventes.

§ 2.º O valor atribuído às quotas amortizadas será o que resultar do último balanço aprovado e o respectivo preço será pago na sede da sociedade até três prestações semestrais, a primeira das quais se vencerá no trigésimo dia a contar da data da deliberação de amortização.

7.º

As quotas amortizadas deverão figurar como tal no balanço, podendo a sociedade deliberar que, em sua vez sejam criadas uma ou várias quotas, destinadas a serem alienadas a um ou a alguns dos sócios ou a terceiros.

Está conforme o original.

13 de Janeiro de 2005. — A Segunda-Ajudante, *Eugénia Maria da Silva Migueis de Andrade de Cardoso Gonçalves*. 2007556049

VERA MACHADO — COMÉRCIO DE MOTAS AUTOMÓVEIS E ACESSÓRIOS, UNIPESSOAL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Loures. Matrícula n.º 19 867; identificação de pessoa colectiva n.º P 506531643; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 03/20040929.

Certifico que, por documento particular de 11 de Março de 2003, foi constituída a sociedade em epígrafe em que é único sócio Vera Cristina Soeiro Machado e que se rege pelo seguinte contrato:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma Vera Machado — Comércio de Motas, Automóveis e Acessórios, Unipessoal, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua de Júlio Bruno Costa Pereira, lote 3, loja A, 2685 Sacavém, concelho de Loures.

ARTIGO 2.º

O objecto social da sociedade ora constituída consiste na compra e venda de veículos automóveis, motociclos, moto quatro, ciclomotores, peças e acessórios e vestuário para motociclistas.

ARTIGO 3.º

O capital social da sociedade ora constituída, integralmente subscrita e realizado em dinheiro, é de cinco mil euros, representado por uma única quota de igual valor, a qual pertence à única sócia ora outorgante.

ARTIGO 4.º

A sociedade obriga-se com a assinatura de um gerente, cabendo o exercício das funções à sócia única ora outorgante, quem, até deliberação em sentido diverso, exerce o cargo sem qualquer remuneração.

ARTIGO 5.º

A sócia única poderá celebrar com a sociedade quaisquer negócios jurídicos que não sejam contrários ao seu objecto social.

ARTIGO 6.º

Desde já se consigna que a sociedade assume toda a responsabilidade por todos os negócios entretanto celebrados em seu nome pela sua sócia única, aqui outorgante, antes da celebração do presente pacto, bem como, dos mais que sejam celebrados nessas condições antes do seu registo definitivo.